

ENTIDADES MÉDICAS LANÇAM AGENDA PARLAMENTAR DA SAÚDE



A Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) recebeu na quarta-feira (14), o Conselho Federal de Medicina (CFM) e as demais entidades médicas que fazem parte da Comissão de Assuntos Parlamentares (CAP). O ato marcou o lançamento da Agenda Parlamentar da Saúde Responsável. A publicação reúne as proposições de interesse dos médicos em tramitação no Congresso Nacional.

Participaram do lançamento, os presidentes da Associação Médica Brasileira (AMB), Lincoln Ferreira; do CFM, Carlos Vital; da Federação Nacional dos Médicos, Guttemberg Fialho; e a representante da Federação Médica Brasileira (FMB), Malu Davi. Todos os representantes desses organismos ressaltaram a necessidade de trabalho conjunto em torno de pautas comuns.

Prioridade judicial a idosos

Logo após o lançamento da agenda parlamentar, a CSSF iniciou a pauta deliberativa. Um dos itens aprovados foi o projeto de lei (PL 2.759/11), que altera o Estatuto do Idoso para garantir prioridade na tramitação dos processos judiciais. A medida foi relatada pelo deputado Sergio Vidigal (PDT-ES), que apresentou substitutivo. “O projeto previa prazo de 3 meses para promulgar uma decisão judicial. Em consonância com o novo Código de Processo Civil, sugeri que fosse de apenas 30 dias”, relatou.

Semana sobre depressão

Outra medida aprovada foi o projeto de lei (PL 1.938/15), que institui a Semana Nacional de Luta e Conscientização sobre a depressão. A

proposição teve relatoria da deputada Liziane Bayer (PSB-RS), que também apresentou substitutivo. “Me parece apropriado eliminar a expressão ‘luta’ do nome uma vez que se trata de transtorno que se desenvolve por fatores endógenos”, sugeriu.

Vítimas de escarpelamento

Entre as proposições aprovadas está o PL 10.547/18, que prevê a concessão de pensão especial indenizatória no valor de R\$ 954 reais, mensal, vitalícia e intransferível, às vítimas de escarpelamento provocado por volantes, eixos ou partes móveis de motores de embarcações. A relatora deputada Silvia Cristina (PDT-RO) foi favorável e apresentou emenda. “Estimam-se em 500 o número total de vítimas no país. O que teria ínfimo impacto orçamentário. Por este motivo, apresentei emenda para equiparar o benefício ao valor do salário mínimo.”

Saúde mental

Os deputados também aprovaram o projeto de lei 1.836/19, que propõe a campanha Janeiro Branco para promoção da saúde mental no Brasil. A relatoria foi da deputada Tereza Nelma (PSDB-AL). “A taxa de suicídio associado aos problemas de saúde mental vem crescendo. A escolha da cor branca é inspiradora, porque é a partir do branco que toda cor pode surgir, possibilitando colorirmos nossas vidas com o tom que desejarmos”, pontuou.

MINISTRO APRESENTA PROGRAMA MÉDICOS PELO BRASIL À CSSF



No dia 14 de agosto, a CSSF foi recebida pelo ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, em um café da manhã no próprio ministério. No encontro, foi apresentado o programa Médicos pelo Brasil. Nos próximos dias, uma comissão mista deverá ser criada para analisar a Medida Provisória 890/19, que detalha o programa.

O ministro esclareceu que o Médicos pelo Brasil vai qualificar a atenção primária através do investimento na formação de médicos em Medicina da Família e Comunidade. Os profissionais terão os dois primeiros anos voltados para curso de especialização. Caso sejam aprovados, receberão título de

especialista em Medicina de Família e Comunidade e serão contratados via Consolidação das Leis do Trabalho.

Ao todo, serão 18 mil vagas previstas, sendo cerca de 13 mil em municípios de difícil provimento. A estratégia ampliará em cerca de 7 mil vagas a oferta de médicos em cidades onde há os maiores vazios assistenciais, em comparação ao programa Mais Médicos.

No dia 28 de agosto, o secretário de Atenção Primária à Saúde, Erno Harzheim, comparecerá em audiência na comissão para detalhar o programa. No dia 11 de setembro será a vez do próprio ministro da Saúde comparecer à CSSF.

GRUPO DE TRABALHO DEBATE MODERNIZAÇÃO DA TABELA SUS



O grupo de trabalho ligado à Comissão de Seguridade Social e Família, criado para analisar a tabela do Sistema Único de Saúde (SUS), realizou audiência pública na terça-feira (13). O coordenador do colegiado, deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira Júnior (PP-RJ), abriu os debates. “Nosso intuito é conhecer os principais gargalos no

atendimento e na prestação de serviço ao SUS, além ouvir as organizações e pessoas de notório saber nesse assunto”, disse.

Entre os participantes do debate estava o diretor do Hospital do Câncer de Barretos, Henrique Prata. “O custo na tabela para o tratamento do câncer é irrisório. Anualmente o déficit chega a R\$ 294 milhões. A tabela cobre apenas 30% do custo do atendimento da medicina de alto custo gerida pelas Santas Casas. Há 17 anos um leito de UTI custa pela tabela, R\$ 500. Enquanto o custo real médio é de R\$ 1.500 para pacientes com câncer”, enfatiza.

A diretora do Departamento de Atenção Especializada e Temática do ministério, Maria Inez Gadelha, detalhou o Sistema de Gerenciamento da Tabela

de Procedimentos, Medicamentos OPM do SUS (SIGTAP). “Todos os procedimentos existentes estão incluídos no sistema, desde promoção e prevenção de saúde, até ações complementares. Para modificar o formato e modelo de remuneração é preciso discutir alterações em leis que recuperem a forma de financiamento do SUS.”

Para o diretor da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, Emílio César Zilli é preciso repensar o sistema de saúde do país. “O público e privado são complementares. Tem coisas ruins nos dois, mas a tabela não está moderna e possui erros de origem. O que queremos é modernizar a tabela em um conceito real de valor”, disse.

A previsão é que a próxima reunião do grupo ocorra no dia 10 de setembro.

POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO ÀS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS

Dados da Organização Mundial da Saúde revelam que a cada grupo de 100 mil pessoas, 65 são acometidas de doenças raras. A estimativa é que em todo mundo existam entre 6 e 8 mil tipos diagnosticados. Com objetivo de criar uma Política Nacional de Atenção aos portadores, o presidente da subcomissão especial, deputado Sergio Vidigal (PDT-ES), realizou audiência pública na quarta-feira (14).

Ao iniciar os debates, Jorgiany Emerik, representante do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologia e Inovação em Saúde do Ministério da Saúde, abordou os protocolos clínicos. “Atualmente, dos 144 protocolos no SUS, 41 são destinados para doenças raras. O que reflete 30% dos nossos registros. Nós trabalhamos para padronizar as condutas médicas em todo o país.”

O diretor de programas da Secretaria de Atenção Primária do Ministério da Saúde, Lucas Wollmann, abordou a política

integral na perspectiva do órgão. “Atenção Primária é o ponto do sistema de saúde que está mais próximo das pessoas e se comunica com a Atenção Especializada. Nosso plano é fortalecer ações voltadas aos locais mais distantes do país.”

A representante do Departamento de Atenção Especializada e Temática do ministério, Jaqueline Silva Mirael, destacou a portaria 199 que define as diretrizes de atenção integral. “A publicação oficializa a política nacional, que visa atenção humanizada e centrada de forma individualizada.”

Gustavo Mendes Santos, gerente geral de Medicamentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) disse que “quando o medicamento é regulado pelo Brasil é possível discutir preço, mas quando não é, a medicação acaba judicializada. Para mudar esse cenário são precisos mecanismos legislativos, mais acesso do país às



pesquisas e fazer parte dos estudos da indústria farmacêutica.”

O diagnóstico das doenças raras foi abordado pela médica Maria Terezinha Cardoso, da Sociedade Brasileira de Genética e Genômica e Doutora em Patologia Molecular. “Embora as Doenças Raras tenham sido institucionalizadas em 2014, desde 1989, o SUS possui atendimento. As doenças raras são genéticas e também precisam do acompanhamento dos pais. Por isso é necessário apoio de equipe terapêutica e multiprofissional para toda família.”

DEBATE AVALIA FINANCIAMENTO DA SAÚDE PELOS ENTES FEDERADOS

Com o objetivo de buscar promover a atualização dos dados sobre o financiamento da saúde nos três níveis da federação, a deputada Adriana Ventura (Novo-SP), realizou audiência pública na quinta-feira (15). Os debates ocorreram através da Subcomissão Permanente e reuniu gestores nacionais, estaduais e municipais de saúde.

Ao falar sobre o assunto, o presidente do Conselho Nacional de Saúde, Fernando Zasso Pigatto, destacou os efeitos da Emenda Constitucional 95 na saúde pública. “Quando aumenta a

população e diminuem os recursos investidos, se faz necessário ter uma gestão eficiente. E os efeitos da EC 95 tem trazido reduções de atendimento, medicamentos, cirurgias, exames. Por isso é necessário que essa emenda seja revertida.” O representante da Fiocruz, José Agenor Silva, também concordou. “Essa foi a única emenda que mais trouxe impacto para a saúde, porém de forma negativa”, disse.

O representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, René dos Santos, destacou o cenário atual do país.

“O Brasil possui 26 estados, o Distrito Federal e 5.565 municípios. Todos distintos entre si. Isso mostra que esse modelo de gestão já é diferenciado. A questão da regionalização do financiamento pode ser uma das soluções, através de um novo Pacto Federativo para melhorar a alocação dos recursos financeiros da saúde.”

Por sua vez, o presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, Wilames Bezerra, defendeu a autonomia na utilização dos recursos financeiros através do caixa único.

EXPEDIENTE

Presidente
Dep. Antônio Brito

2º Vice-Presidente
Dep. Marx Beltrão

Secretário:
Rubens Carneiro Filho

Edição:

1º Vice-Presidente
Dep. Alexandre Serfiotis

3º Vice-Presidente
Dep. Mísael Varela

Redação:

Diagramação:

@seguridade.CD

@Cssf_seguridade

cssf@camara.leg.br

www.camara.leg.br